

CERJ - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO RIO DE JANEIRO
 CNPJ/MF 33.050.071/0001-58 - NIRE 33.3.0005494-4
 Companhia Aberta

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
 REALIZADA EM 01 DE JUNHO DE 2004**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Dia 01 de junho de 2004, às 10:30 hrs. na sede social, na Praça Leoni Ramos, nº 1, na Cidade do Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

2. **CONVOCAÇÃO:** Avisos de convocação encaminhados em conformidade com o Artigo 13 do Estatuto Social.

3. **PRESENCAS E INSTALAÇÃO:** Presentes mais da metade dos membros em exercício do Conselho de Administração, havendo, portanto, quorum necessário para deliberação das matérias constantes da ordem do dia. Presentes os Srs. Gonzalo Carbó de Haya, Rafael José López Rueda, Marcelo Andrés Llévénos Rebolledo, Gerardo Marcelo Rogelio Silva Iribarne, Martín Serrano Spöcker, Alfonso Arias Cañete e Francisco Carlos Pereira Coelho.

4. **MESA:** Sr. Gonzalo Carbó de Haya - Presidente da Mesa e Vice - Presidente do Conselho e o Sr. Antonio Paulo Machado Fagundes - Secretário.

5. **ASSUNTOS EM PAUTA E DELIBERAÇÕES:** Os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o quanto segue:

5.1. **CONDIÇÕES DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES.** Nos termos da Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2004, e com base no artigo 59, §1º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76"), e no artigo 22, parágrafo primeiro do Estatuto Social, aprovar as condições para distribuição pública pela Companhia, sob o regime de garantia firme e de melhores esforços, em série única, da 2ª emissão ("Emissão") de 29.400 (vinte e nove mil e quatrocentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas escriturais, da espécie com garantia flutuante e com garantia adicional de penhor, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na data de emissão, perfazendo o montante total de R\$294.000.000,00 (duzentos e noventa e quatro milhões de reais), na data de emissão ("Debêntures"), sendo que deverão ser colocadas, no mínimo 27.000 (vinte e sete mil) Debêntures, perfazendo o montante de R\$270.000.000,00 (duzentos e setenta milhões de reais), para que seja mantida a oferta das Debêntures, conforme segue:

A. Data de Emissão. Para todos os efeitos legais, a data de Emissão das Debêntures será 01 de junho de 2004 ("Data de Emissão").

B. Certificados. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures.

C. Prazo e Data de Vencimento. As Debêntures terão prazo de 36 (trinta e seis) meses, a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 01 de junho de 2007. ("Data de Vencimento"), ocasião em que a Companhia se obriga a proceder ao pagamento do valor

principal das Debêntures que ainda se encontrarem em circulação, pelo seu saldo não amortizado do Valor Nominal ("Saldo do Valor Nominal"), acrescido da Remuneração de que trata o item F abaixo, calculada *pro rata temporis*, a partir da última Data de Pagamento de Remuneração, até a data de seu efetivo pagamento, conforme definida no item G abaixo.

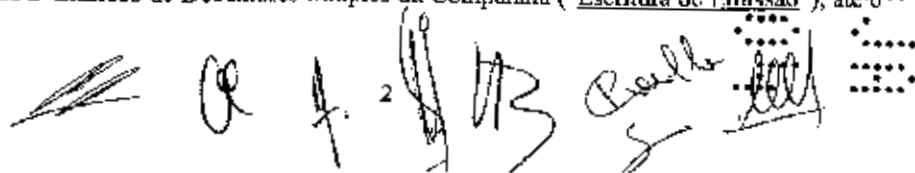
D. Garantias Adicionais. Nos termos da Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2004, e sujeito à aprovação prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, as Debêntures terão ainda garantia adicional de penhor sobre (i) todos os direitos da Companhia perante determinadas instituições financeiras e bens em posse dessas instituições financeiras em decorrência de contratos de arrecadação de pagamentos e/ou cobrança (e eventuais investimentos realizados com tais recursos) de clientes da Companhia pelo fornecimento de energia elétrica, e (ii) direitos de crédito da Companhia perante o banco mandatário em decorrência de conta especialmente aberta no banco mandatário para acolher transferências feitas pela Companhia e/ou por tais bancos arrecadadores e/ou cobradores (e investimentos correspondentes), de forma a garantir um fluxo mensal mínimo nunca inferior a 125% (cento e vinte e cinco por cento) da maior parcela mensal remanescente de principal e juros a ser paga até o integral pagamento das Debêntures.

E. Preço de Subscrição e Integralização. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo), calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

F. Remuneração. As Debêntures farão jus a juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o Saldo do Valor Nominal, equivalentes à taxa média dos depósitos interfinanceiros ("Taxa DI") de um dia, *over* extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, ou na falta deste, em outro jornal de grande circulação, acrescida exponencialmente de *spread* de 4% a.a. (quatro por cento ao ano).

O período de pagamento da Remuneração ("Período de Pagamento de Juros") é, para o primeiro Período de Pagamento de Juros, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina no dia imediatamente anterior à primeira Data de Pagamento de Remuneração (conforme definida abaixo), ou seja, 01 de setembro de 2004, e, para os demais Períodos de Pagamento de Juros, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento de Remuneração, inclusive, e termina no dia imediatamente anterior à Data de Pagamento de Remuneração subsequente. Cada Período de Pagamento de Juros sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

G. Periodicidade do Pagamento da Remuneração. A Remuneração será paga trimestralmente, a partir da Data de Emissão e mensalmente, a partir do 13º mês (01 de julho de 2005), inclusive, a contar da Data de Emissão (cada data de pagamento da Remuneração será uma "Data de Pagamento de Remuneração"), sendo que a Data de Pagamento da Remuneração após o 13º mês (01 de julho de 2005), inclusive, deverá coincidir com a data de amortização do principal. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples da Companhia ("Escritura de Emissão"), até o



primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

H. Amortização e Pagamento do Principal. O Valor Nominal das Debêntures será pago em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, a partir do 13º mês (01 de julho de 2005), inclusive, a contar da Data de Emissão, sendo 23 (vinte e três) amortizações no valor de R\$416,66 (quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e seis centavos) por Debênture e a última amortização no valor de R\$416,82 (quatrocentos e dezesseis reais e oitenta e dois centavos) por Debênture.

I. Resgate Antecipado Facultativo. A Companhia poderá, a qualquer tempo, mediante notificação aos Debenturistas com 15 (quinze) dias de antecedência, promover o resgate antecipado parcial ou total das Debêntures em circulação pelo Saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração ("Valor de Resgate"), conforme o caso, até a data do efetivo resgate. Adicionalmente, a Companhia deverá pagar um prêmio de 1% (um por cento) calculado sobre o Valor de Resgate, observado o disposto no artigo 55, parágrafo primeiro, da Lei nº 6.404/76.

J. Vencimento Antecipado. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativamente às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Companhia, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos, os quais a Companhia reconhece serem causas direta para aumento indevido do risco de inadimplimento das obrigações assumidas pela Companhia relativamente às Debêntures:

(a) pedido de concordata, decretação de falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou pedido de auto-falência da Companhia e/ou de seus atuais controladores diretos ou indiretos;

(b) protesto legítimo de títulos líquidos, certos e exigíveis, contra a Companhia, cujo valor agregado devido e não pago ultrapasse R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), salvo (i) se o protesto vier a ser comprovadamente efetuado por erro ou má-fé de terceiros, ou se for susinado ou cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis de sua ocorrência, ou (ii) protestos relativos a pagamentos de compras de energia e encargos do sistema, objetos de discussão legítima seja junto a órgãos regulatórios e/ou na esfera judicial, sendo certo que, caso solicitado pelo Agente Fiduciário, a Companhia deverá comprovar, em caso de discussão na esfera judicial, que possuía recursos em caixa suficientes para o pagamento do título em questão;

(c) vencimento antecipado de qualquer obrigação líquida, certa e exigível da Companhia de valor igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) ou equivalente em outras moedas, salvo se tal vencimento antecipado ocorrer comprovadamente por erro ou má-fé de terceiros. A Companhia terá um prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da declaração de vencimento antecipado, para curar os efeitos do vencimento antecipado, inclusive "cross default", ou extinguir a pendência original. Não sendo evitado seus efeitos

nenhuma extinta a pendência original, nesse prazo, as obrigações referentes às Debêntures permanecerão vencidas antecipadamente na forma deste item "J", surtindo todos os efeitos da declaração de vencimento antecipado. Tendo sido evitados tais efeitos ou extinta a pendência no referido prazo, as obrigações referentes às Debêntures deixarão de estar vencidas na forma deste item "J" (condição resolutiva);

(d) ocorrência de qualquer alteração na composição societária que venha a resultar na perda ou cessação do controle acionário direto ou indireto da Companhia, não se estendendo tal hipótese àquelas operações de transferência ou alienação de ações entre sociedades do mesmo grupo econômico, desde que o controle indireto e final da Companhia permaneça o mesmo;

(e) fusão envolvendo a Companhia, ou a sua cisão ou a sua incorporação, exceto se a operação for previamente aprovada pelos debenturistas, nos termos previstos no "caput" do artigo 231 da Lei nº 6.404/76 e na Escritura de Emissão, ou for garantido aos Debenturistas o resgate das Debêntures de que forem titulares, nos termos dos parágrafos primeiro e segundo do artigo 231 da Lei nº 6.404/76 e do item "O" abaixo;

(f) ocorrência de mudança na condição financeira ou nas perspectivas de negócios da Companhia que objetivamente afete ou possa afetar, de maneira significativa e adversa, a capacidade da Companhia de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações relativamente às Debêntures;

(g) intervenção na concessão do serviço público do qual a Companhia é titular, extinção ou qualquer outra forma de limitação ou perda pela Companhia da referida concessão, bem como a perda ou a revogação de qualquer outra autorização necessária e essencial para continuidade das suas atividades;

(h) descumprimento pela Companhia de qualquer obrigação pecuniária relacionada à 2ª Emissão;

(i) descumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não pecuniária relacionada à 2ª Emissão assumidas na Escritura de Emissão (exceto pela obrigação prevista na sua alínea (q) do item 5.1), no Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, da Espécie com Garantia Flutuante e com Garantia Adicional, sob Regime de Garantia Firme e de Melhores Esforços da 2ª Emissão, em Série Única ("Contrato de Distribuição") e no Instrumento Particular de Contrato de Penhor e Outras Avenças ("Contrato de Penhor"), e desde que tais descumprimentos não sejam sanados dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis contados de aviso escrito enviado à Companhia pelo agente fiduciário;

(j) no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir de 21 de janeiro de 2004, não ocorrer a conversão em capital de empréstimo entre a Companhia e qualquer empresa do seu grupo controlador ("Empréstimos Intercompanies", quando no plural e "Empréstimo Intercompany", quando no singular) que a Companhia detém com a ENERSIS Internacional através da sua subsidiária Cerj Overseas Ltd., no valor de R\$710.000.000,00 (setecentos e dez milhões de reais), por meio de ato(s) societário(s) específico(s), nos termos da legislação vigente;

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left, a signature in the center, and several smaller signatures and initials on the right.

(k) pagamento aos acionistas da Companhia de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou sob forma de juros sobre capital próprio, acima daqueles previstos no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e no Estatuto Social da Companhia;

(l) pagamento de principal e/ou juros de qualquer *Empréstimo Intercompany*, durante todo o prazo das Debêntures, excetuando-se os pagamentos de principal e juros dos empréstimos já contratados relacionados abaixo:

1.1 Dívida entre a Endesa Internacional Ltda. (credora) e a Companhia (devedora), conforme contrato celebrado em 10 de julho de 2002, no valor histórico de R\$3.737.046,08, atualizado monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - IGPM e com juros de 12% ao ano a título de remuneração;

Os pagamentos de principal, juros e/ou outros encargos relacionados a este empréstimo somente poderão ser efetuados nas mesmas épocas e datas de pagamento de principal, juros e/ou encargos das Debêntures, conforme o caso, sendo certo, ainda, que o pagamento de principal do acima mencionado empréstimo somente poderá ser efetuado na mesma proporção de pagamento do principal das Debêntures (*Pari Passu*). As taxas de juros e/ou os montantes dos demais encargos vigentes neste empréstimo permanecem inalterados;

1.2 Dívida entre a Luz de Rio Ltda. (credora) e a Companhia (devedora), conforme contrato celebrado em 10 de julho de 2002, no valor histórico de R\$13.309.858,13, atualizado monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - IGPM e com juros de 12% ao ano a título de remuneração;

Os pagamentos de principal, juros e/ou outros encargos relacionados a este empréstimo somente poderão ser efetuados nas mesmas épocas e datas de pagamento de principal, juros e/ou encargos das Debêntures, conforme o caso, sendo certo, ainda, que o pagamento de principal do acima mencionado empréstimo somente poderá ser efetuado na mesma proporção de pagamento do principal das Debêntures (*Pari Passu*). As taxas de juros e/ou os montantes dos demais encargos vigentes neste empréstimo permanecem inalterados;

1.3 Empréstimo de mútuo entre a Investluz S.A. (credora) e a Companhia (devedora), contratado em 04 de julho de 2003, no valor de principal de R\$55.000.000,00 e juros equivalentes a 115% da Taxa DI, a título de remuneração;

1.4 Empréstimo de mútuo entre a Investluz S.A. (credora) e a Companhia (devedora), contratado em 25 de novembro de 2003, no valor de principal de R\$16.836.755,00 e juros equivalentes a 115% da Taxa DI, a título de remuneração;

(m) celebração de novos Empréstimos *Intercompany* que resultem para a Companhia em fluxo financeiro de saída (seja por meio de mútuos da Companhia para qualquer empresa do grupo Endesa - existente ou a ser constituída -, ou mútuo que a Companhia já tenha registrado - ou venha a receber -, pelo qual se espere que a Companhia pague juros), durante todo o prazo das Debêntures, excetuando-se aqueles cuja data(s) de pagamento de principal, juros e/ou outros encargos, que signifique fluxo financeiro de saída, seja(m) posterior(es) ao cumprimento de toda e qualquer obrigação relacionada às Debêntures;

(n) redução de capital da Companhia e/ou recompra de ações da Companhia, exceto se previamente autorizada pelos debenturistas, nos termos do parágrafo 3º do Artigo 174 da Lei nº 6.404/76 e na Escritura de Emissão;

(o) não manutenção dos seguintes índices financeiros, os quais serão calculados trimestralmente com base na consolidação "pro-forma" das demonstrações financeiras da Companhia com a sua subsidiária Cerj Overseas Ltd. (enquanto ela existir e/ou for subsidiária integral da Companhia), a partir das quais a Companhia calculará os índices financeiros, que serão revisados por auditor independente:

a.1) O índice obtido da divisão da Dívida Financeira pelo EBITDA (conforme definidos abaixo) não deverá ser superior aos valores indicados na tabela abaixo, nos respectivos anos:

Anos	Índices
2004	2,75 vezes
2005	2,75 vezes
2006	2,5 vezes
2007	2,5 vezes

Onde:

"Dívida Financeira" significa o saldo de dívidas bancárias, incluindo empréstimos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ou agências multilaterais, obrigações comprovadas com o fundo de pensão dos funcionários da Companhia, não considerando para tal definição o cálculo atuarial, acrescido de despesas líquidas com operações de *hedge*, dívida com as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, dívida com as Debêntures, e mútuos com partes relacionadas, excluindo deste cálculo RTE -- Recomposição Tarifária Extraordinária, CVA - Conta de Compensação de Variação de Custos da parcela "A" e energia livre; e

"EBITDA" significa o lucro ou prejuízo líquido da Companhia antes da contribuição social e imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados não operacionais, equivalência patrimonial, resultados financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa, depreciação e amortização, definição esta na forma usualmente aceita pelos princípios contábeis brasileiros.

a.2) O índice obtido, trimestralmente, da divisão do EBITDA pelos Juros (conforme definidos abaixo) não deverá ser inferior aos valores indicados na tabela abaixo, nos respectivos anos.

Anos	Índices
2004	2,0 vezes
2005	2,0 vezes
2006	3,0 vezes
2007	3,0 vezes

Onde:

"Juros" significam, tendo em vista apenas os efetivamente desembolsados, os juros de dívida bancária (incluindo juros devidos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

- BNDES e a agências multilaterais), acrescido de juros pagos ao fundo de pensão e parcela "caixa" da variação monetária e cambial, mais as despesas líquidas de *hedge*, com efeito caixa, mais os juros pagos às Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás, mais os juros pagos das Debêntures, mais os juros efetivamente pagos por conta de mútuos com partes relacionadas (deduzidos de eventuais juros recebidos de partes relacionadas - por conta dos Empréstimos *Intercompanies* registrados no ativo da Companhia- no trimestre em questão. Estão excluídos deste cálculo (i) os juros efetivamente desembolsados por conta de: RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária e CVA - Conta de Compensação de Variação de Custos da parcela "A", e também as despesas oriundas de provisões (que não tiveram impacto no caixa, mas apenas registro contábil) e (ii) toda e qualquer receita financeira.

o.3) O índice obtido da divisão da Dívida de Curto Prazo (conforme definida abaixo) pelo EBITDA não deverá ser superior aos valores indicados na tabela abaixo, nos respectivos anos:

Anos	Índices
2004	1,79 vezes
2005	1,51 vezes
2006	1,13 vezes
2007	1,00 vez

Onde:

"Dívida de Curto Prazo" significa a dívida bancária de curto prazo, acrescida da parcela corrente das dívidas de longo prazo (incluindo parcela corrente das Debêntures e parcelas devidas ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a agências multilaterais), mais a parcela corrente das obrigações com fundo de pensão, não considerando para tal definição o cálculo atuarial, mais o passivo somado com o ativo de *hedge* (registrado no curto prazo e desde que tenham efeito caixa no período de apuração), mais a parcela corrente da dívida com as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, mais a parcela corrente dos mútuos com partes relacionadas, apuradas trimestralmente com base nas informações trimestrais auditadas ou revisadas, conforme o caso, da Companhia. Não entram também neste cálculo: parcela corrente de: RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária, CVA - Conta de Compensação de Variação de Custos da parcela "A", conforme definido pela regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e energia livre.

Os cálculos referentes à anualização do EBITDA e dos Juros descritos nesta alínea devem ser feitos da seguinte forma: (i) o primeiro cálculo (o qual será realizado em junho de 2004) utilizará como base os valores apurados nos seis primeiros meses de 2004 (até 30 de junho de 2004) multiplicados por 2 (de forma a se ter valores "pro-forma" que reflitam 12 meses de operação da Companhia); (ii) o segundo cálculo (o qual será realizado em setembro de 2004) utilizará como base os valores apurados nos nove primeiros meses de 2004 (até 30 de setembro de 2004), os quais serão divididos por 3 e multiplicados por 4 (de forma a se ter valores "pro-forma" que reflitam 12 meses de operação da Companhia); e (iii) os demais cálculos trimestrais desses índices financeiros serão apurados com base nos valores referentes aos quatro últimos trimestres.

(p) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia;

(g) comprovação de inveracidade, insuficiência, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Companhia na Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição, ou qualquer informação do prospecto de emissão que afete de forma adversa as Debêntures;

(r) não extinção do penhor constituído em favor do Citibank N.A. e do Banco Citibank S.A., conforme previsto na alínea (g) do item 5.1 da Escritura de Emissão e no item (c) da Cláusula 2 do Contrato de Penhor.

Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Companhia obriga-se a efetuar o pagamento do Saldo do Valor Nominal acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação nesse sentido a ser enviada pelo agente fiduciário à Companhia, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item L abaixo. Nos termos da alínea (c) do item "J" acima, caso a Emissora cure os efeitos do vencimento antecipado das obrigações líquidas no prazo de 15 (quinze) dias úteis previsto em tal alínea, os recursos eventualmente recebidos nos termos deste parágrafo deverão ser imediatamente retomados à Emissora.

K. Local do Pagamento. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no Sistema Nacional de Debêntures ("SND"); ou, no caso do titulares de Debêntures que não sejam vinculados ao SND, (b) pelo banco mandatário, mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas.

L. Encargos Moratórios. Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Companhia, de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos vencidos e não pagos pela Companhia, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou intimação judicial ou extrajudicial, sujeitos a: (a) multa não compensatória de 2% (dois por cento); (b) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês; e (c) incidência da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data em que o pagamento era devido até a data do efetivo pagamento pela Companhia.

M. Decadência dos Direitos aos Acréscimos. Sem prejuízo do disposto no Item "L" acima, o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Companhia, nas datas previstas na Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Companhia, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

N. Repactuação. Não haverá repactuação das Debêntures.

O. Resgate em Caso de Incorporação, Fusão ou Cisão: A Companhia poderá realizar operações de incorporação, fusão ou cisão, sem a prévia aprovação dos debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme disposto na Escritura de Emissão, se for assegurado aos Debenturistas que o descrejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação das assembleias relativas à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares. Os Debenturistas que optarem por resgatar suas Debêntures deverão



manifestar sua intenção, por escrito, ao agente fiduciário, que por sua vez terá o prazo de 1 (um) dia útil contado da data do recebimento de tal manifestação para comunicar a Companhia a respeito dessa decisão. A Companhia, por sua vez, deverá promover o resgate dessas Debêntures pelo Saldo do Valor Nominal acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, observado o disposto no artigo 55, parágrafo primeiro, da Lei nº 6.404/76. O prazo máximo para a realização do resgate pela Companhia é de 5 (cinco) dias contados do aviso enviado pelo agente fiduciário.

P. Publicidade. Os anúncios de início e encerramento de distribuição das Debêntures serão publicados na edição nacional do jornal Valor Econômico. Com exceção dos anúncios de início e encerramento, todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver interesses dos debenturistas serão, obrigatoriamente, veiculados, na forma de avisos, nos jornais Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, O Fluminense e na edição nacional do jornal Valor Econômico.

Q. Procedimento de Distribuição. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme para o volume de R\$270.000.000,00 (duzentos e setenta milhões de reais) e de melhores esforços para o volume de R\$24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais), com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação por meio do Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA") e operacionalizado pela CETIP. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que os coordenadores, com expressa anuência da Companhia, organizarão plano de distribuição, tendo como público alvo instituições financeiras, e levarão em conta principalmente a relação de crédito existente entre a Companhia e essas instituições financeiras. Após serem atendidas tais instituições financeiras, as Debêntures serão ofertadas a investidores institucionais brasileiros em geral.

R. Negociação. As Debêntures serão registradas para negociação, no mercado primário, por meio do SDT, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP e, no mercado secundário, por meio do SND, também administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.

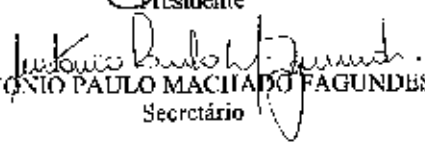
S. Destinação dos Recursos. Os recursos obtidos por meio da 2ª Emissão serão utilizados para pagamento das dívidas que a Companhia possui (a) com os seguintes coordenadores da distribuição pública das Debêntures, cujos valores em 31 de março de 2004 eram de, aproximadamente: (i) Banco Bradesco S.A.: R\$77 milhões; (ii) Banco Citibank S.A.: R\$51 milhões; (iii) Banco Itaú BBA S.A.: R\$60 milhões; (iv) Banco ABN Amro Real S.A.: R\$29 milhões (equivalentes a US\$10 milhões, utilizando a taxa de câmbio de R\$2,9086 por dólar norte-americano); e (v) Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.: R\$10 milhões; e (b) com o Citibank N.A., cujo valor em 31 de março de 2004 era de aproximadamente R\$24 milhões (equivalente a US\$8,3 milhões utilizando a taxa de câmbio de R\$2,9086), conforme contratos que substanciam tais dívidas e que serão identificados nos documentos pertinentes da Emissão. O eventual saldo remanescente será utilizado para reforço de capital de giro. Caso haja distribuição parcial das Debêntures, sendo, portanto, captados recursos em montante inferior ao montante total mencionado no item 5.1. acima, a Companhia poderá buscar os recursos faltantes por meio de outras formas de financiamento junto às instituições financeiras com a qual mantém relações de crédito.

5.2 AUTORIZAÇÃO: Nos termos da Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2004, autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as medidas cabíveis para efetivar a colocação/distribuição pública das Debêntures, incluindo a prática dos atos necessários à assinatura da Escritura de Emissão, Contrato de Distribuição e Contrato de Penhor, à contratação de instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de valores mobiliários como intermediadoras, à contratação do agente fiduciário, do banco mandatário, banco escrituralor, fixando-lhes os respectivos honorários, bem como ao registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competente e ao registro da Emissão perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

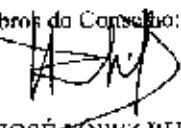
5.3 ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi pelos presentes assinada.

Niterói, 01 de junho de 2004.



GONZALO CARRÓ DE HAYA
Presidente

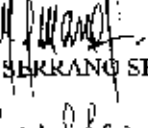

ANTÔNIO PAULO MACHADO FAGUNDES
Secretário

Membros do Conselho:

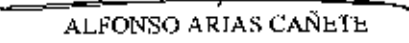

RAFAEL JOSÉ LÓPEZ RUEDA




MARCELO ANDRÉS J. EVÉNES REBOLLO


GERARDO MARCELO ROGELIO SILVA IRIHARNE


MARTÍN SERRANO SPOERER


FRANCISCO CARLOS PEREIRA COELHO


ALFONSO ARIAS CAÑETE

 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Regem: - CPM, COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO RIO DE JANEIRO N.º: 35.1.000184-4 Protocolo: 02-20-04/0946340 - 15062004 CERTIFICADO DE REGISTRO EM 21/06/2004 NÚMERO E DATA/ANO		E O REGISTRO SOB O  VALÉRIO DE M. FARIA SECRETÁRIO GERAL
00001436864 DATA: 21/06/2004		